

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo Data/Hora
24.056 11/09/2017 15:00:20
Responsável: *Dy*

PARECER Nº 025/17

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei Complementar nº 017/2017

Autor: **Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS**

Cria a Unidade Fiscal do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista (UFM).

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu seus membros nesta data para conhecer dos argumentos do Vereador Relator com relação ao Projeto de Lei em epígrafe.

Acatando o posicionamento do Relator e, não havendo óbice insanável no âmbito da sua competência, a CCJR faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** em face do Projeto de Lei Complementar nº 017/17, de acordo com os motivos expostos pelo Relator, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 11 de setembro de 2017.

[Assinatura]
MÁRIO CÉSAR GARMS THIMÓTEO
Presidente da Comissão

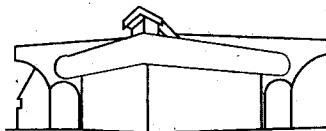
[Assinatura]
JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Vice-Presidente

[Assinatura]
CÍCERO RIBEIRO DA SILVA
Secretário e Relator

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19700-000 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraaparaguacu.sp.gov.br



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

RELATÓRIO

Ao Projeto de Lei Complementar nº 017/2017

Autor: **Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS**

Cria a Unidade Fiscal do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista (UFM).

RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar encaminhado a este relator, para análise e parecer, visa criar a Unidade Fiscal do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista (UFM).

A Unidade Fiscal do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista (UFM) abrange todos os impostos, taxas, preços públicos, multas e demais valores constantes da legislação municipal, bem como obrigações relativas a multas e penalidades de qualquer natureza e valores passíveis de inscrição em dívida ativa em caso de inadimplemento.

Quanto à iniciativa e competência, o projeto encontra-se devidamente elaborado nos termos do inciso VI, §3º do art. 55 da Lei Orgânica do Município c/c o inciso I do art. 30 da Constituição Federal,

VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL**, de forma a dar continuidade ao trâmite regimental deste Projeto de Lei, recomendando a esta Comissão a mesma postura, pelos motivos acima expostos.

Palácio Legislativo Água Grande, 6 de setembro de 2017.


CÍCERO RIBEIRO DA SILVA
Relator